PRESIDÊNCIA

GABINETE

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 555, DE 22 DE JULHO DE 2025.

Dispõe sobre o aproveitamento do resultado do procedimento de heteroidentificação realizado nos Exames Nacionais da Magistratura (ENAM) e dos Cartórios (ENAC), promovidos pela Corregedoria Nacional de Justiça, no concurso público de outorga de delegações de serventias extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CNJ nº 203, de 23 de junho de 2015, que estabelece a reserva de vagas a pessoas negras em concursos públicos no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CNJ nº 541, de 18 de dezembro de 2023, e suas alterações promovidas pela Resolução CNJ nº 614, de 25 de janeiro de 2025, que disciplinam os procedimentos de heteroidentificação e permitem o aproveitamento recíproco dos resultados obtidos nos Exames Nacionais da Magistratura (ENAM) e dos Cartórios (ENAC);

CONSIDERANDO o Provimento nº 184, de 26 de novembro de 2024, da Corregedoria Nacional de Justiça, bem como os Editais CNJ nº 01, de 24 de janeiro de 2025, e nº 02, de 14 de julho de 2025, que regulamentam, respectivamente, a 1ª e a 2ª edições do Exame Nacional dos Cartórios (ENAC – 2025.1 e 2025.2);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014, que regulamenta o art. 49 da Lei Estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014 (Estatuto da Igualdade Racial do Estado da Bahia), e estabelece a reserva de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos estaduais para candidatos negros;

CONSIDERANDO a necessidade de promover maior celeridade, isonomia e racionalização nos procedimentos seletivos, especialmente quanto à verificação da autodeclaração étnico-racial por meio do procedimento de heteroidentificação;

DECIDE:

Art. 1º. Fica autorizado o aproveitamento, pelos candidatos autodeclarados negros, do resultado do procedimento de heteroidentificação realizado no âmbito do Exame Nacional da Magistratura (ENAM) ou do Exame Nacional dos Cartórios (ENAC), promovidos pela Corregedoria Nacional de Justiça, para fins de participação no concurso público de outorga de delegações de serventias extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, desde que a autodeclaração tenha sido validada e o resultado tenha sido emitido por Comissão de Heteroidentificação regularmente instituída, nos termos das Resoluções do CNJ.

Art. 2º. O aproveitamento de que trata o artigo anterior é facultativo, devendo o(a) candidato(a) manifestar sua opção no ato da inscrição definitiva ou em fase expressamente prevista em edital complementar.

Art. 3º. A comprovação do resultado da heteroidentificação será feita mediante apresentação de documento oficial emitido exclusivamente no âmbito do Exame Nacional da Magistratura (ENAM) ou do Exame Nacional dos Cartórios (ENAC), contendo a identificação do(a) candidato(a) e a validação da autodeclaração étnico-racial.

Art. 4º. O(a) candidato(a) que não apresentar comprovação de procedimento anterior de heteroidentificação será submetido à verificação presencial, na forma prevista em edital.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, em 22 de julho de 2025.

Desembargadora CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
Presidente

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 556, DE 22 JULHO DE 2025
Institui a ação Justiça em Rede - Infância e Juventude.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas,

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe que é dever do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes;